



Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso - Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - cmalegre@zaz.com.br



PROJETOS DE LEI LEGISLATIVO Nº 024/2023.

Iniciativa: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Alegre/ES.

Assunto: Regulamenta, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Alegre/ES, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tratando dos agentes de contratação e dá outras providências.

PARECER JURÍDICO

Relatório

Trata-se de Projetos de Lei de iniciativa da Mesa Diretora deste Poder Legislativo Municipal, com finalidade de regulamentar, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Alegre/ES, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tratando dos agentes de contratação e dá outras providências.

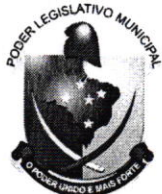
Segundo a justificativa da proposição, “a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, determina que haja regulamentação acerca do exercício das atribuições do agente de contratação. Essa regulamentação tem por obrigação trazer o detalhamento de tais atribuições a fim de esclarecer e trazer estabilidade para a aplicação das normas.”

E ainda, que “a necessidade de reconhecimento quanto a responsabilidade atribuída ao agente de contratação, equipe de apoio, bem como a comissão de contratação e ainda a imprescindibilidade de detalhamento quanto às atribuições dos mesmos, necessário se faz a regulamentação da Lei Federal no âmbito do Poder Legislativo de Alegre/ES, haja vista a precariedade no quadro de servidores efetivos deste legislativo, especialmente em se tratando de agente público qualificado e capacitado para exercer as funções inerentes ao agente de contratação.”

Em suma é o relatório.

PARECER:

Inicialmente, observa-se que o projeto está redigido em termos claros e que a distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo quanto a estes requisitos de admissibilidade.



Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - cmalegre@zaz.com.br



O presente projeto de lei se insere, efetivamente, na definição de interesse local, uma vez que compete a cada esfera da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), por meio de cada poder constituído, promover a política de organização administrativa e remuneratória do serviço público, de modo que cabe ao Município de Alegre adotar essa medida quanto aos seus servidores, nos termos do art. 30, inciso I, da CF/88.

Com relação à iniciativa, a Mesa Diretora da Câmara Municipal detém legitimidade e competência privativa para legislar sobre a “organização administrativa, política interna, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixações das remunerações”, nos termos do art. 47, III, da Lei Orgânica do Município e art. 15, do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Quanto ao objeto proposição, a Mesa Diretora deste Poder Legislativo Municipal propôs o projeto de lei “*com objetivo*”


Do ponto de vista da legalidade, a proposição legislativa apresenta-se como pertinente, tendo vista a viabilidade e a necessidade fazer cumprir a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a qual determina que haja regulamentação acerca do exercício das atribuições do agente de contratação.

No que se refere ao mérito esta Assessoria Jurídica não irá se pronunciar, cabendo aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Pelo exposto, s.m.j., do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opino pela tramitação do projeto de lei em epígrafe na forma regimental.

É o parecer, sub censura.

Alegre (ES), 02 de outubro de 2023.


Helton Guerra Jaccoud
Jurídico - C.M.A./ES